



MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PARTE RESPECTIVA DA ACTA N.º 05/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS, REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014

-----PONTO 2.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 2014.10.30, que se transcreve: "PROPOSTA DE ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2015-----

-----Começou por usar da palavra o Sr. Presidente da Câmara fazendo uma explanação do documento: *"A elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015 obedeceu à adaptação a uma conjuntura onde o tecido social e empresarial convive ainda com a incerteza originada pelo período de recessão económica que temos atravessado.-----*

-----É competência do Poder Local amenizar a instabilidade que as populações ainda sentem. Em simultâneo, cabe-lhe criar e estimular as condições que assegurem as perspetivas de um amanhã, assente no desenvolvimento económico e social, que devolva a confiança às famílias. O Orçamento 2015 é o reflexo dessa nossa dupla responsabilidade.-----

-----Pretendemos seguir as bases de um desenvolvimento sustentável, mantendo os princípios da consolidação orçamental, bem refletida nos documentos constantes do Orçamento 2015, e assegurando uma gestão rigorosa dos recursos do município. Este é um orçamento vocacionado para as pessoas, tal como defendemos desde o início do mandato.-----

-----Damos prioridade ao investimento na educação e na dinamização cultural, social e desportiva. Queremos dar seguimento aos apoios sociais que implementámos no decurso do último ano, imprimindo-lhes um âmbito social mais alargado, nomeadamente no que à população mais idosa diz respeito. As infraestruturas de proteção civil absorverão uma fatia substancial do investimento, com a execução da Base de Apoio Logístico e do Circuito de Condução Defensiva, da Unidade Local de Formação de Bombeiros. Este será um investimento cujo retorno terá proveniência na importância que Macedo de Cavaleiros assumirá no âmbito da Proteção Civil, bem como na dinâmica que trará à nossa cidade.-----

-----Esta é uma fase de transição, correspondente ao período que medeia entre o término do anterior Quadro Comunitário e o início efetivo do próximo, com os efeitos visíveis que daí advêm em termos de diminuição de investimento. O Orçamento agora apresentado verá refletidos os investimentos que porventura resultem da definição dos regulamentos específicos para cada um dos eixos prioritários constantes do "Norte 2020".-----

-----Por outro lado, é de todos conhecido o processo de verticalização do setor das águas. A previsível concretização do acordo estabelecido com a AdTMAD (Águas de Trás-os-Montes e

Alto Douro) produzirá efeitos nas definições das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.-----

-----Os documentos agora entregues para apreciação podem, pelos motivos anteriormente apresentados, ser passíveis de alteração. Contudo, as linhas que orientaram a elaboração deste Orçamento 2015 manter-se-ão rigorosas. Foi o mesmo rigor que, conduzindo à consolidação orçamental, nos permite a manutenção das taxas mínimas de IMI, assim como propor nova redução da participação variável no IRS, ao mesmo tempo que é mantida a não aplicação da derrama. Estas medidas apenas são possíveis porque optámos pela recuperação financeira através de meios próprios, sem o recurso a programas de apoio financeiro externos, opção que nos tornaria reféns dos condicionalismos pelos mesmos impostos”.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto agradeceu o envio dos documentos que solicitou em formato Excel, que lhe permitirão uma análise e uma avaliação mais pormenorizada sobre aquilo que seriam as dúvidas das grandes rubricas. Hoje de manhã receberam um esclarecimento relativamente a algumas situações que foram colocadas.-----

-----Mais disse que os documentos enviados são elucidativos e há uma desvantagem, neste momento terminaram muitas rubricas residuais com valor muito grande do género *outros outros*. Muitos valores não terão um encaixe diferente que não seja este.-----

-----Mais disse que nas despesas correntes aquilo que se nota é que são as despesas que têm vindo a ser verificadas nos últimos exercícios. Referiu também que foi aqui no ano passado alertado por eles e dado estar em período de contenção que na questão da prestação de fornecimento e serviços externos, nomeadamente na aquisição de alguns bens e serviços que era muito importante que se tentasse reduzir, pois sabe que por vezes é difícil, no entanto se não for feito um esforço nesse sentido, então é que não será possível obter qualquer economia.-----

-----Fez referência à questão da eficiência energética dando nota que relativamente ao ano de 2013 e 2014 não houve poupança. Era bom que existisse um esforço nesse sentido e se entretanto já foram tomadas algumas medidas, então, elas têm que vir refletidas no documento, o que não se verifica.-----

-----Nas despesas, uma das rubricas que aparece são encargos com instalações no valor de 315.000€, foi-lhes respondido que este valor diz respeito ao fornecimento de eletricidade para edifícios e instalações. No entanto disse que tendo uma rubrica especificamente de energia elétrica, como é que aparecem ainda mais os 315.000€ no código 020201 em encargos de instalações, isto ainda agrava muito mais aquilo que é os consumos de energia e não entende porque é que não está na mesma rubrica, com certeza que devem ter uma explicação técnica, mas de qualquer das formas ainda torna essa questão mais premente de ser preocupante no sentido de que o valor tem alguma expressão.-----

-----Também há outros bens e serviços que a Câmara adquire em que os valores são muito idênticos ou os mesmos dos anos anteriores onde não se nota que da parte da Autarquia há semelhança do que deveria acontecer e pensa que é o que está a acontecer com a Administração Central onde existem regras muito rigorosas com o objetivo de reduções na

ordem dos 15%, em alguns ministérios é impossível, no entanto devemos fazer todo o esforço nesse sentido. Disse que na despesa corrente este plano não traduz isso, mas sim, apenas e só, valores da mesma ordem de grandeza daqueles que existem nas contas anteriores, ou seja, não se prevê que haja aqui economia.-----

-----Aparece um valor de cerca de 200.000€ nas taxas de disponibilidade e segundo a informação que foi dada, isto prevê-se que seja um valor para quatro meses, ou seja o Sr. Presidente prevê no final de quatro meses ter a questão da verticalização resolvida. A questão que se coloca aqui é se a Câmara tem um Plano e Orçamento que deverá verter aquilo que é a nossa previsão, mas com aquilo que é hoje a realidade ou da documentação ou daquilo que está neste momento protocolado. O que lhe parece mais correto era que a Câmara hoje tivesse um Orçamento que tinha a ver com aquilo que é hoje a nossa realidade e se no mês de abril ou de maio a realidade fosse alterada e se fosse alterada significativamente, então, o Sr. Presidente da Câmara traria à reunião uma proposta de revisão do Orçamento, este seria o caminho a seguir. Quanto a este valor provisional 2.300.000€ que está na receita, parece-lhe que à semelhança daquilo que o POCAL diz para taxas e impostos e leu: *"a elaboração do orçamento das Autarquias Locais deve-se obedecer às seguintes regras provisionais: as importâncias relativas aos impostos taxas e tarifas a inscrever no Orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos vinte e quatro meses que precedem o mês da sua elaboração exceto no que respeita a receitas novas ou à atualização de impostos, bem como de regulamentos de taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo-se então juntar ao Orçamento o estudo ou análise técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes"*, perante isto perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tem algum documento que neste momento dê suporte com alguma consistência que efetivamente a previsão da receita de 2.300.000€ está sustentada, confortável e se poderá vir a ser diferente, na sua opinião o exercício deveria ser ao contrário, devia ter um orçamento daquilo que é agora e quando fosse preciso, efetuar uma revisão. A ser assim perguntou se a Câmara tem este valor protocolado e suportado nalgum documento que possa servir de base perante o Executivo e a própria Assembleia.-----

-----Relativamente a este assunto o Sr. Presidente da Câmara informou que tem um estudo económico ou financeiro que lhe vai ser enviado e que vai sustentar este valor, atualmente não tem, neste momento estão a trabalhar na base da confiança como sempre trabalharam. Este documento ainda é provisional.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto disse ainda que na última reunião de Câmara entregaram uma proposta que, de certa forma, deu logo a indicação de qual era o sentido dos Vereadores do PS.-----

-----O que se coloca aqui é: pressupõe-se aqui que o arrendamento geral e global para toda a concessão das infraestruturas em baixa tem um valor de 2.300.000€, valor este que não foi questionado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que este é renda de 5% ao ano, durante o prazo da concessão. É o valor que antecipado daria esse montante.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui perguntou se é vantajoso à Câmara a antecipação do valor da totalidade, por isso pressupõe que em 2015 seja feita toda a antecipação do valor.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que estão a negociar este montante para um valor superior.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui disse que o melhor Orçamento seria aquilo que a Câmara tem hoje e na altura em que o Sr. Presidente da Câmara tivesse uma minuta daquilo que se pretendia vir a assinar, então nessa altura fazia-se uma revisão ao Orçamento, isto era o mais correto.-----

-----Aparece no documento que o valor da água, rubrica 0202255 água e saneamento, refletisse o real consumo e também fala num acordo de pagamento no valor de 1.575.000€ de prestações de 2015, pergunta onde está o acordo, uma vez que não tiveram conhecimento do mesmo.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que foram entregues todos os acordos aos Srs. Vereadores.-----

-----O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto perguntou também qual a razão de ainda estar no Orçamento a rubrica com o valor de 150.000€ referente à Zona Industrial.-----

-----O Sr. Presidente informou que estão a lançar a obra, é uma parte da obra que diz respeito à pavimentação daquilo que foi feito. Convém manter o mesmo número de rúbrica.-----

-----No Plano e Orçamento o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz fez referência à rubrica de pavimentos urbanísticos nos projetos e levantamentos topográficos, dizendo que em termos de projetos não têm um único orçamentado.-----

-----Relativamente a esta questão o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara está a trabalhar com a Associação de Municípios que tem um gabinete de projetistas que trabalha para as cinco Autarquias. Também a Câmara criou um gabinete de estudo e projetos que fazem os projetos. Na próxima Assembleia Municipal vão os projetos que estão a ser executados, outros trabalhados e outros já no final.-----

-----Ainda no Orçamento o Sr. Vereador Rui Vaz disse que aparece uma rubrica nova que pelos vistos será de um projeto que já estará a ser implementado, que tem a ver com um parque radical, junto ao Centro Cultural.-----

-----A esta questão o Sr. Presidente informou que estas obras estão a ser feitas pelo pessoal da Câmara Municipal, ao que o Sr. Vereador Rui Vaz disse que era pouco delicado da parte da Câmara estar a implementar um projeto e não lhes ter dado conhecimento e perguntou também se o projeto vai colidir com aquilo que estava definido para aquele espaço, que era a construção da Biblioteca Municipal e Arquivo.-----

O Sr. Presidente informou que não ia ser construída a Biblioteca neste espaço, mas na altura, quando este assunto veio a reunião de Câmara, o Sr. Vereador Rui Vaz era contra a construção da Biblioteca neste espaço.-----

-----Na rubrica aquisição de terrenos aparecem 5.000€ na verba atribuída, o **Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** perguntou o caso das últimas aquisições que foram feitas e que estarão de forma já ressalvadas nomeadamente o caso Sr. Manuel Oliveira, do Sr. Luís Vaz,

Carlos Moreira, ao que o Sr. Presidente respondeu que o caso Manuel Oliveira e Carlos Moreira estão resolvidos.-----

-----O Sr. Vereador disse ainda que este documento limpa uma situação de sempre referente a verbas atribuídas às juntas de freguesia. Mas há aqui uma questão que se põe que é a criação de um valor, fala-se num regulamento e também aqui entende que seria bom que a Câmara tivesse feito um regulamento e em função desse que a verba estivesse já incluída para que se possa perceber que política vai ser esta no que diz respeito ao investimento nas freguesias.-----

-----Sobre este assunto o Sr. Presidente da Câmara informou que falou com os Srs. Presidentes da Junta e comunicou-lhes que iriam fazer um regulamento. Neste momento está esboçado, tem critérios, não definem montantes, porque estão ainda a colocá-lo exequível de forma a vir à reunião de câmara para depois ser aprovado e com sugestões que possam ser dadas e quanto ao montante será definido por toda a gente para esse bolo. Disse ainda que as juntas de freguesia devem também cofinanciar aqueles projetos que elas querem nas suas freguesias ou seja, como a Câmara vai aos fundos comunitários e temos que ter uma pequena percentagem, também as juntas de freguesia devem ter essa pequena percentagem. Mais disse que as obras estruturais são da responsabilidade da Câmara Municipal e aqueles pequenos arranjos que as juntas gostam de fazer, então, será de uma candidatura que a junta de freguesia terá que cofinanciar. Ponderam também fazer o mesmo às Associações com um regulamento que depois o Executivo terá conhecimento quando estiver na fase final.-----

-----Seguidamente, o Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa relativamente à dúvida dos 315.000€ e dos 650.000€ informou que em termos gerais a dotação 2014/2015 nesta rubrica positivas e negativas em algumas delas traduz-se na diferença de água e saneamento e verticalização, e dentro do timing em que ela aconteça com o tal mínimo previsto 2.300.000, o timing vai influenciar nestas despesas e a grande componente delas. Portanto esta redução desta dotação no qual elas possam libertar vai influenciar se for em janeiro, em abril ou em junho do próximo ano, existindo custos associados.-----

-----Seguidamente os Srs. Vereadores do PS apresentaram a seguinte Declaração de Voto que se transcreve: "*Este é manifestamente um documento que tem na reparação das asneiras do passado a sua grande marca. A maior de todas, a dívida do município, que tendo aumentado astronomicamente ao longo de anos, nos últimos e por imperativos legais tem vindo a ser diminuída, implicando uma forte penalização no investimento.*-----

-----*Outra marca notória é a definitiva assunção de dívida, nomeadamente às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, sucessivamente ocultada em anteriores documentos e sendo agora, parte dela, incluída neste Orçamento. Como fomos dizendo e agora se pode constatar, mentiram-nos nesta matéria ao longo de anos.*-----

-----*Ao nível das Despesas de Capital, 2015 é seguramente, senão o pior, um dos piores anos de sempre, o que reflete bem o que nos reserva o futuro próximo no que concerne ao investimento.*-----

-----*De referir ainda que o documento, ao nível do valor previsional da receita engloba uma*

verba de rendas de 2.300.000 €, relativas à entrega da exploração da água à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que não se encontra ainda protocolada, nem tem o suporte de qualquer deliberação do executivo e respetiva aprovação da Assembleia Municipal, o que se exige. Saliente-se para o facto de que, se esta situação vier a ter desenvolvimentos diferentes, quer nos montantes, quer nos prazos, o Plano e Orçamento do ano de 2015 fica completamente subvertido, colocando em grave risco o seu cumprimento.-----

-----Foram bandeira durante anos obras importantes para o concelho, algumas em particular para a cidade, obras com projetos executados e que custaram muito dinheiro ao município, das quais se destacam a Circular à Cidade, o Parque Urbano da Cidade, a Central de Camionagem, a Biblioteca/Arquivo Municipal, o Campo de Golfe no Azibo, a ligação de Macedo ao Azibo por Vale Prados, bem como a construção de um Parque de Campismo. É notório neste documento que todas elas foram definitivamente postas de lado. Não só não constam no documento como obras dotadas financeiramente como também nem uma mera rubrica aberta, na expectativa de poderem vir a ser candidatas.-----

-----Muitas expectativas têm V. Exas. vindo a colocar em áreas tão importantes como o desenvolvimento económico, em particular com apostas no turismo e no apoio e fomento empresarial. Olhando o documento no que a estas áreas diz respeito, em particular aos recursos que a elas são afetos, só podemos dizer que ainda não é em 2015 que este nosso concelho conhecerá uma viragem rumo ao almejado desenvolvimento.-----

-----É um documento pobre, é um documento que mais uma vez reflete uma imensa falta de arrojo, de coragem, de estratégia e de empenhamento para fazer deste concelho e desta cidade aquilo que já um dia os macedenses sonharam.-----

-----Porque em relação aos vereadores do Partido Socialista já foi manifesta alguma vontade de mudar teimosias do passado, nomeadamente com o prazo de entrega dos documentos, porque é já manifesta uma intenção de fazer deles documentos de verdade, que reflitam previsões assentes em dados reais e verdadeiros, embora não se revendo nesta visão redutora e pouco ambiciosa de enfrentar o futuro, os vereadores do Partido Socialista abstêm-se na sua votação".-----

-----Relativamente a esta declaração de voto o Sr. Presidente da Câmara disse: "Nós temos os investimentos pensados e sabemos perfeitamente aquilo que queremos para o Concelho, não os temos é aqui plasmados, porque conhecemos os programas operacionais mas não conhecemos os seus regulamentos. Por isso é inútil nós termos aqui alguns investimentos com 1€ como se fez no passado, por isso dizemos e continuamos a dizer que este é um Orçamento de rigor, tem transparência e não queremos repetir erros tal como disse, do passado. Quando forem necessários nós colocaremos os projetos em orçamento e plano para que depois possam ser dotados e com dotações já bem definidas e já bem conhecidas de toda a gente".-----

-----DELIBERAÇÃO: Após análise do documento a Câmara Municipal por maioria de quatro votos a favor do Sr. Presidente e Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Maria Helena Rodrigues Magalhães e Rui Jorge da Silva Costa e três abstenções dos Srs.

Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Maria Manuela dos Santos, deliberou aprovar a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2015.----

-----Mais foi deliberado submeter a proposta à Assembleia Municipal para cumprimento dos efeitos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse que é submetida a esta Assembleia Municipal a proposta de Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2015, aprovada em Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 30 de outubro, com 4 votos a favor e 3 abstenções.-----

-----A sua aprovação pelo órgão executivo é o reflexo de uma responsável adaptação a um contexto onde permanece ainda alguma incerteza, aí tendo enquadramento a fase de transição entre o anterior Quadro Comunitário e o próximo. Somos conscientes da instabilidade ainda sentida pelas famílias e pelo tecido empresarial. Em simultâneo, temos perfeita noção das limitações impostas pelo contexto atrás mencionado. A proposta aqui apresentada é o espelho da conjugação de ambos os fatores, aliado à responsabilidade de criar estímulos tendentes ao desenvolvimento económico e social, à certeza de um amanhã em que o caminho da confiança das famílias saia reforçado. O rumo está expresso nos documentos agora apresentados, baseados no equilíbrio entre a consolidação orçamental e o desenvolvimento sustentável. Apostamos, prioritariamente, na educação e na dinamização cultural, social e desportiva. Pretendemos ser mais abrangentes no apoio social, particularmente no que à população mais idosa respeita. Mantemos a opção de estar vocacionados para as pessoas, não esquecendo o investimento em infraestruturas. A execução da Base de Apoio Logístico e do Circuito de Condução Defensiva da Unidade Local de Formação de Bombeiros é disso exemplo. Este é um orçamento pautado pelo rigor. Será esse mesmo rigor que nos conduzirá na eventualidade da previsível concretização do acordo estabelecido com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e nas consequentes alterações ao Orçamento. Após o parecer favorável para a “fusão em alta”, o primeiro trimestre de 2015 poderá trazer o acordo respeitante à “verticalização”. Fica em aberto, no entanto, a possibilidade de o mesmo não se concretizar. Esta hipótese, a confirmar-se, terá como natural resultado a elaboração de uma proposta para um novo acordo.-

-----Como é visível na informação distribuída, antecipamos os naturais efeitos advindos da definição dos regulamentos específicos para cada um dos eixos prioritários do “Norte 2020”, procedendo, desde já, à elaboração de projetos no mesmo, integráveis. A diminuição de investimento visível nos documentos do Plano e Orçamento, e resultante da anteriormente aludida fase de transição, sofrerá uma reversão por cada concretização das candidaturas a apresentar aos Fundos Comunitários. Logicamente, o Orçamento verá refletido o investimento daí resultante. Ainda que na dependência dos condicionalismos impostos pelas indefinições do “Norte 2020”, que poderão levar a posteriores modificações, este é um Orçamento baseado no rigor da consolidação orçamental, facto que permitiu contemplar a manutenção das taxas mínimas de IMI ou a redução da participação variável no IRS. Ambas são o reflexo de uma

escrupulosa recuperação financeira ao abrigo de meios próprios, sem o recurso ao apoio de programas financeiros externos.-----

-----Pelo mesmo rigor, e porque nos baseamos na realidade e na transparência, neste Orçamento estão ausentes as rubricas de investimento que contemplavam valores irrisórios como 1 €. Á posteriori, e na viabilização dos projetos a apresentar aos Fundos Comunitários, os valores que constarão no Orçamento terão correspondência com números reais. Este é o caminho que pretendemos continuar a trilhar, a bem de um amanhã melhor para o nosso concelho e para as nossas gentes.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse que após ter analisado a ata do Executivo Municipal de 30.10.2014, onde o Sr. Presidente da Câmara refere que será um Orçamento de consolidação orçamental e que será assegurada uma gestão rigorosa dos recursos do Município. É, portanto um orçamento do ano zero, há uma forte diminuição no investimento sendo uma exceção a execução da base de apoio logístico e de circuito de conceção defensiva da unidade local de formação de bombeiros, com o qual o PS está de acordo pois será bom para a cidade e para o concelho. No resumo tem a educação, a área desportiva, o planeamento urbanístico desce, tal como a rede viária e o ambiente também. Olhando para este orçamento podemos ver que estão programados 3,5 milhões de euros e que 5 milhões de euros estão por definir. “É uma fase de transição”, diz o Sr. Presidente da Câmara, mas é necessário que existam ideias para o concelho e que haja um rumo definido, saber também o que querem e no documento não se consegue ver e já deviam estar definidas as prioridades da Câmara. Disse que têm assim um orçamento para ir andando e no próximo ano logo se verá. É verdade que os tempos são difíceis e que foi feito um esforço para baixar o passivo e veremos se foi só nas Instituições bancárias ou se com os fornecedores também se está a passar o mesmo. Gostaria também que o Sr. Presidente dissesse qual é em média o número de dias que a Câmara demora a pagar aos seus fornecedores. Relativamente ao processo de verticalização das Águas diz o Sr. Presidente da Câmara na ata de 30.10.2014, que é previsível o acordo estabelecido com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, mas já foi inscrito no orçamento, como rendas, uma receita no valor de dois milhões e trezentos mil euros, por isso pergunta se estas rendas já estão protocoladas, e se estão, por que motivo esta Assembleia não se pronunciou sobre esta questão e o mesmo pergunta sobre a despesa de água e saneamento no valor de quatro milhões e cento e oitenta mil euros, e supõe que com a despesa de água já esteja aqui incluído também o acordo para a Câmara pagar os seis milhões de euros que tem em dívida. Há também uma verba geral para as Freguesias e pergunta se já vai ser dirigida com o novo modelo que lhes foi apresentado ou se ainda vai ser como nos anos anteriores. Referiu também que o PS está de acordo com a manutenção das taxas mínimas do IMI, bem como com a redução da participação variável no IRS. Isto é bom mas temos de ter gente em Macedo para que isso seja possível.-----
Em resumo, referiu que o orçamento deve obedecer às regras que a Lei determina e relativamente à questão da água, não está claro, nem a receita, nem a despesa e que a

bancada do PS vai abster-se neste ponto porque apesar de estar de acordo com a consolidação orçamental, pois tal defendeu no ano atrás nas eleições, só assim se podem lançar sementes para o desenvolvimento desta terra e deste concelho, e essas sementes não são visíveis neste orçamento, nem tão pouco a definição delas. Disse que querem semear, que comece do zero, mas têm de definir o que querem.-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse que este documento de Opções do Plano e Orçamento é muito idêntico ao do ano anterior, pois os valores são idênticos, (17 milhões de euros), mas pelo que viu assenta em três pontos essenciais que é a consolidação orçamental, a baixa de impostos e a diminuição da dívida, também. Isto em termos de valores, 85% estão para despesas correntes e 15% para as despesas de capital. Todos sabem a fase difícil que o País está a atravessar e o investimento para o ano de 2015 não se prevê que seja fácil. Referiu ainda que se congratula com a descida de impostos nomeadamente do IMI e da participação do IRS e a não aplicação do lançamento de Derramas, o que é bom para as Empresas e em consequência para as famílias também. Na diminuição da dívida é evidente que a mesma tem de diminuir até porque esta é uma imposição governamental e é bom que a Câmara Municipal neste aspeto a cumpra.-----

-----Relativamente ao orçamento, ele assenta no desenvolvimento económico e social e assegura uma gestão rigorosa, dá prioridade ao investimento na educação e à dinamização social e cultural. No que diz respeito às Freguesias vão aguardar pelas respetivas verbas para o ano de 2015 e disse votar favoravelmente este orçamento por ser positivo para as famílias e para as empresas.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Disse que mediante uma análise generalizada do documento dá para perceber que é um orçamento que consubstancia a política do Governo Nacional. De austeridade onde a principal preocupação é a consolidação das finanças locais e aquilo que lhe dá a entender é que estão a hipotecar o futuro, porque quando não têm qualquer linha orientadora de investimento ou para onde querem levar o concelho muito provavelmente quem tem ideias de investir muito provavelmente irá procurar outras situações já definidas, porque este documento tem também a funcionalidade de indicar o caminho para onde podem ir e por mais voltas que se deia a este documento não conseguem perceber para onde podem ir. Referiu que o exemplo disto são dois investimentos inscritos no orçamento, um deles é a pista para condução defensiva e a construção da base logística que são dois investimentos que nasceram há menos de seis meses não consubstanciando portanto um caminho; aparecem porque foi uma oportunidade que apareceu e que agarraram mas, não têm um documento com uma linha orientadora para quem pretender investir no concelho de Macedo, é muito grave porque se começarem a analisar aquilo que se está a passar no Distrito certamente poderão aperceber-se que os concelhos vizinhos que pertencem ao campeonato para o qual Macedo desceu, começam já a ser mais atrativos que o nosso concelho e basta ver a implantação de algumas Unidades noutros concelhos, que Macedo tem estado a abandonar e vai continuar a abandonar. Podemos dizer que este é o ano zero e o da limpeza das contas e que provavelmente no próximo ano e nos anos seguintes isso vai aparecer, mas muito

provavelmente já não vão ter “doente” para curar, porque ele entretanto já morreu, pois quando já não tiverem gente em Macedo não vale a pena estarem a querer investir cá, porque já não vai haver cá ninguém.-----

-----Mais grave ainda, neste documento é no final da ata da reunião da Câmara Municipal onde foi aprovado o Orçamento, quando o Sr. Presidente diz que “...nós temos os investimentos pensados e sabemos perfeitamente aquilo queremos para o concelho, não os temos é aqui plasmados...”, isto nos tempos que correm e com a questão da transparência parece bastante opaco, pois soa a “sabemos nós, e sabem os nossos amigos, porque não é do conhecimento geral”. Disse ao Sr. Presidente da Câmara que no seu entender estas situações têm de ter o devido tratamento, têm de ser transparentes e não podem de forma nenhuma ser tratadas de forma ligeira. O documento é fraco e não aponta para lado nenhum.-----

-----**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Queremos desde já enaltecer o facto desta proposta de orçamento e opções do plano para o ano de 2015 estar alinhada com os princípios de governação que este Executivo definiu como estratégicos para o concelho durante este mandato. Orientado para a consolidação orçamental orientado para as pessoas, quer no apoio aos mais carenciados, quer no apoio aos mais idosos bem como na acomodação orçamental das medidas conducentes à menor carga fiscal dos contribuintes do nosso concelho. Não podemos deixar de realçar a consistente diminuição da dívida financeira que em linha com os últimos anos apresenta uma diminuição para o próximo ano, da qual resulta uma conseqüente diminuição dos encargos financeiros, por outro lado não podemos deixar de referir a alteração de paradigma patente neste orçamento no que diz respeito aos investimentos nas freguesias, colocando-as em pé de igualdade quer no desenvolvimento de obras estruturais que serão da responsabilidade da Câmara Municipal, quer nos pequenos projetos de mote próprio das freguesias, que passarão a dispor de regras bem definidas para a sua candidatura e implementação.-----

-----Relativamente a obras e projetos, vozes se levantaram como foi o caso, hoje aqui do Sr. Deputado João Rocha, naturalmente que outras se levantarão para dirigir críticas a este documento por este não fazer referência ou dotar certas e determinadas obras e determinados investimentos que ao longo dos anos se foram perpetuando nos diversos orçamentos obviamente apelidado de pouco audaz e ambicioso. Certo é que não podemos pretender o melhor de dois mundos se realisticamente e de forma transparente queremos olhar para o nosso concelho, porque uma coisa é certa, ou pretendemos uma rota de consolidação orçamental das contas públicas, implementando os grandes projetos com dotações de Fundos Comunitários, ou à medida que as contas da Autarquia o vão permitindo ou queremos continuar a manter a ilusão de hipotéticos investimentos que, ou não são implementados ou o são à custa de fortes endividamentos que comprometerão inevitavelmente os orçamentos vindouros. Como diz a sabedoria popular - não podemos querer sol na eira e a chuva no nabal. Não podemos assim deixar de realçar a transparência do orçamento apresentado que não mereceu votos contra de nenhum dos Srs. Vereadores na reunião de Câmara a que o mesmo foi submetido à discussão e aprovação, neste sentido os Deputados do PSD e do CDS votarão

favoravelmente o presente orçamento e opções do Plano para 2015.”-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse ao Sr. Presidente da Junta, Manuel Mico que tinham iniciado a sessão desta Assembleia Municipal com o objetivo estratégico da Câmara Municipal, que é o Turismo e é para aí que caminham e é para isso que estão a trabalhar. Já tiveram dois selos, há 11 anos têm as bandeiras azuis nas praias fluviais, têm bandeiras de acessibilidade e uma praia que é uma das sete maravilhas do País, única a Norte do Rio Tejo e têm agora o Geoparque, que foi conquistado e que é um dos 4 que o País tem, não pode portanto haver melhor objetivo estratégico do que este, e não está plasmado o Plano. Ao Sr. Deputado Municipal João Rocha disse que além da consolidação orçamental que querem fazer o objetivo é o turismo, não se esquecendo a Câmara de alguns problemas que têm para resolver, como é o caso da Zona Industrial, pois querem que ela tenha indústrias e que venham ainda mais para cá. A média de dias de pagamento aos fornecedores, sem as águas é de 50 dias, pensa portanto que estão dentro dos valores normais de pagamento. O acordo de pagamento dos 4 milhões de euros que o Sr. Deputado referiu, virá a uma Assembleia a adesão a este acordo. Nas obras para as freguesias é uma rubrica genérica para obras municipais onde estão incluídas as freguesias.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente apreciado o documento a Assembleia Municipal por maioria com 40 votos a favor, 1 voto contra do Deputado Municipal, Adalberto Fernandes e 19 abstenções dos Deputados Municipais, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, João Rocha, Carla Palhau, Inácia Ferreirinha, Maria José Lima, Manuel Carvalho, Susana Viana, Ana Lúcia Fernandes, Armando Carrazedo, António Pinto dos Santos, José Mascarenhas, Inácio Roma, António Oliveira, Fernando Gomes, Manuel Mico, João Alves, Luís Batista e Adelaide Baptista, deliberou aprovar as Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015.**-----

-----**Fez declaração de voto:**-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – “A CDU vota contra a proposta de Orçamento para 2015 porque em primeiro lugar não fomos tidos nem achados na construção deste documento. Depois este é um orçamento que não promove nem visa dinamizar a atividade económica do concelho, na medida em que mantém uma pesada carga fiscal sobre os municípios e sobre as pequenas empresas. Não promove a criação de emprego nem a fixação das populações, nomeadamente da juventude. Mas também porque, como o Sr. Presidente assume, é um orçamento construído a pensar na verticalização do sistema de abastecimento de água, que é a mesma coisa que dizer que está de acordo com o processo em curso de fusão de sistemas nas Águas de Portugal com vista à sua privatização.”-----

